

9.º Congresso Nacional da Contratação Pública Eletrónica

Lisboa, 9 de dezembro de 2015

Intervenção do Senhor Ministro do Planeamento e Infraestruturas

Pedro Marques

Exmo. Senhor

Presidente em exercício do Tribunal de Contas

Responsáveis do Observatório de Prospetiva da Engenharia e da Tecnologia e da
Associação Portuguesa dos Mercados Públicos

Minhas senhoras e meus senhores

É para mim uma grande honra proferir o discurso de abertura deste 9º Congresso Nacional da Contratação Pública Eletrónica.

Este é assim o primeiro ato público em que participo após a plena entrada em funções do XXI Governo Constitucional. É para mim um enorme prazer que assim seja. E é num certo sentido simbólico, pois os avanços que Portugal produziu na última década nesta matéria contribuíram para colocar o nosso país na linha da frente da desburocratização e reforço da transparência nesta área crítica da gestão da coisa pública.

O percurso feito, os resultados obtidos, mas sobretudo as ambições renovadas para a contratação pública eletrónica, no sentido de se atingir um nível mais avançado, integrado, transparente e eficiente de contratação pública, são tudo fatores que acredito que aproximarão o Governo e o setor.

Importa aliás contextualizar os avanços na contratação pública eletrónica, os que já se produziram e as nossas novas ambições, num, quadro mais global de transformação da nossa economia e da nossa sociedade.

A transformação digital é hoje uma realidade que veio para ficar, com todo o potencial que tal acarreta. Os negócios transformam-se definitivamente, as relações humanas estão a sofrer uma revolução porventura sem paralelo nas últimas décadas.

É por tudo isto que o XXI Governo Constitucional definiu como uma das suas prioridades de ação o relançamento do apoio ao investimento, através da aceleração

dos mecanismos de apoio à inovação e internacionalização das empresas. As empresas e agentes da inovação aqui presentes sabem bem a que me refiro, a necessidade de um novo impulso no seu esforço contínuo de inovação para a competitividade.

Assim, definimos como objetivo que nos primeiros 100 dias da ação do Governo disponibilizaremos pelo menos 100 milhões de Euros às empresas no âmbito dos sistemas de incentivos do Portugal 2020, acelerando de modo substancial o ritmo de disponibilização de fundos europeus à economia, e atingindo já assim um ritmo de pleno vapor na implementação dos mecanismos de apoio à competitividade. Num país que carece de um novo impulso de investimento modernizador, e confrontado por transformações tão importantes da economia mundial, o Estado não pode deixar de fazer a parte que lhe cabe, simplificando a vida às empresas e disponibilizando os fundos mais rapidamente e de um modo menos burocrático. É nisso que estamos empenhados desde já, desde o primeiro momento da ação política deste Governo.

Mas a própria relação do Estado com os cidadãos ou com os agentes do setor privado, incluindo empresas, não poderia deixar de ser afetada positivamente por esta vaga transformadora. Por isso, o Programa de Governo retoma a ambição transformadora algo abandonada nos últimos anos em matéria de simplificação administrativa e modernização da administração pública. Legislar menos e legislar melhor. Produzir leis com impacto na vida das empresas com efeitos reportados apenas a dois momentos no ano, são apenas alguns exemplos do que se vai fazer para que as empresas encontrem um quadro regulatório mais previsível e mais favorável para as suas decisões de investimento.

Em matéria de contratação pública eletrónica, considero que estamos perante um excelente exemplo do longo e positivo caminho percorrido em várias áreas da Administração Pública, matérias em que podemos dizer que estivemos à frente do tempo, inovamos e somos uma boa prática mesmo à escala europeia.

A criação das plataformas eletrónicas apresenta-se hoje como uma componente fundamental, incontornável, da contratação pública. Concorrentes e Adjudicantes podem agora alcançar o mercado de forma mais rápida e inteligente, acedendo a informação que outrora não dispunham.

A contratação eletrónica é um instrumento que deve ser valorizado, pois promove a eficiência, a eficácia e a transparência na contratação pública, algo que é bastante “caro” a todos nós enquanto contribuintes.

Por outro lado, assiste-se a uma melhoria dos direitos dos operadores económicos no acesso ao mercado interno, facilitando as oportunidades de negócio.

Contudo, o Governo considera que subsistem desafios relevantes a este nível, em particular quanto à eficiência do acesso à contratação e à forma como a mesma favorece a participação alargada do tecido de Pequenas e Médias Empresas nos contratos públicos. Trabalharemos com o IMPIC para que este avanço significativo o seja sempre para todos, e estaremos atentos à forma como o setor evoluiu e vai evoluir, de modo a que não se criem fatores de exclusão de muitas empresas do processo de contratação.

Uma palavra final para alguns outros desafios futuros que se colocam ao setor.

Estes incluem não só a adesão generalizada à contratação pública eletrónica, mas também o estudo da criação de mecanismos alternativos de resolução de litígios entre as partes nos processos de contratação pública.

Mas não devemos esquecer a importância da regulação do mercado de plataformas de contratação eletrónica privadas.

Esta é essencial na generalização da contratação eletrónica. E já vimos que estender a contratação eletrónica, é estender práticas de simplificação e transparência. Avançaremos neste caminho na justa medida em que pudermos estruturar um quadro regulatório desta atividade, com as especificidades de um processo agora dirigido ao setor privado.

Dialogaremos naturalmente com os representantes do setor na construção destes novos caminhos.

Em conclusão, as plataformas eletrónicas têm um papel fundamental, numa sociedade que cada vez mais explora o desenvolvimento tecnológico e a transformação digital, que veio revolucionar o funcionamento do Estado e das empresas.

Em tempos em que se pede arrojo aos privados, o apoio ao investimento, a simplificação administrativa e o reforço da transparência, serão fatores decisivos no reforço da confiança nos processos de tomada de decisão.

Dou-vos assim as boas vindas a este tempo de enormes desafios que se nos apresentam. Agradeço reiteradamente o convite que me endereçaram e a paciência com que me ouviram.

Bom trabalho, muito obrigado!